

Lúcio Costa, reuniu-se a Comissão de Educação, com a presença dos Senhores Deputados: ALAN LOPES - Presidente; FLÁVIO SERAFINI, JARI OLIVEIRA e FRED PACHECO, membros efetivos deste órgão técnico. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a 13ª Reunião Ordinária, conforme convocação por edital, publicado em 21.06.2023. Dando início aos trabalhos, o Senhor Deputado ALAN LOPES agradeceu a presença de todos e comunicou ter avocado, em 01.08.2023, os Projetos de Lei nº 3013/2017, dos Deputados Paulo Ramos e Luiz Paulo; 1836/2020, do Deputado Rodrigo Amorim; 4239/2021, do Deputado Márcio Gualberto e 5030/2021, do Deputado Noel de Carvalho. Ainda com a palavra, o Deputado Alan Lopes comunicou ter distribuído, em 22.06.2023, ao Deputado VÍTOR JÚNIOR, os Projetos de Lei nº 234/2023, do Deputado Felipinho Ravis e 433/2023, do Deputado Márcio Canella. Ao Deputado JARI OLIVEIRA, foi distribuída, em 22.06.2023, o Projeto de Lei nº 401/2023, do Deputado Luiz Cláudio Ribeiro. Ao Deputado FRED PACHECO, foram distribuídos, em 22.06.2023, os Projetos de Lei nº 4484/2021 e 5384/2022, do Deputado Anderson Soares; 6196/2022, da Deputada Dani Monteiro. Em seguida, de acordo com o artigo 40 do Regimento Interno, assumiu a presidência dos trabalhos o Senhor Deputado JARI OLIVEIRA, que concedeu a palavra ao Senhor Deputado ALAN LOPES, para relatar pareceres: Projeto de Lei nº 3013/2017, dos Deputados Paulo Ramos e Luiz Paulo: parecer FAVORÁVEL. Colocado em discussão, o projeto foi retirado de pauta, pois recebeu pedido de vista pelo Deputado Flávio Serafini. Projeto de Lei nº 1836/2020, do Deputado Rodrigo Amorim: parecer FAVORÁVEL. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 1836/2020, do Deputado Rodrigo Amorim: parecer FAVORÁVEL. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 4239/2021, do Deputado Márcio Gualberto: parecer FAVORÁVEL. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 5030/2021, do Deputado Noel de Carvalho: parecer FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E COM EMENDAS. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Reassumindo a presidência, o Deputado ALAN LOPES concedeu a palavra ao Deputado JARI OLIVEIRA, para ler os pareceres exarados pelo Deputado VÍTOR JÚNIOR: Projeto de Lei nº 234/2023, do Deputado Felipinho Ravis: parecer FAVORÁVEL, COM A EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 433/2023, do Deputado Márcio Canella: parecer FAVORÁVEL. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Em seguida, o Deputado JARI OLIVEIRA apresentou parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 401/2023, do Deputado Luiz Cláudio Ribeiro. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Prosseguindo, o Deputado ALAN LOPES concedeu a palavra ao Deputado FRED PACHECO, para relatar pareceres: Projeto de Lei nº 4484/2021, do Deputado Anderson Soares: parecer FAVORÁVEL, COM O SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E COM AS EMENDAS DA COMISSÃO DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 5384/2022, do Deputado Anderson Soares: parecer FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Deputado ALAN LOPES franqueou a palavra e, como ninguém quisesse dela fazer uso, Sua Excelência agradeceu a participação de todos e suspendeu a reunião para que eu, Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata, tendo sido assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, em dezessete de agosto de dois mil e vinte e três. (a) Lucia Helena C. N. da Gama, secretária, mat. 201.127-8; Deputado Alan Lopes, Presidente.

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às dez horas, em sistema híbrido, no Auditório 1801, do 18º andar do Edifício Lúcio Costa reuniu-se a Comissão de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários, com a presença dos Senhores Deputados VÍTOR JÚNIOR e JORGE FELIPPE NETO - membros deste órgão técnico. Dando início aos trabalhos, o Deputado Vítor Júnior, no exercício da presidência, declarou aberta a 1ª Audiência Pública, conforme edital de convocação publicado em 21.06.2023, com o tema: Desafios e o diagnóstico da Política Habitacional, Fundiária e Ambiental e o Desenvolvimento Urbano na Cidade de Niterói. Em seguida, o Senhor Presidente destacou que é a primeira oficina de trabalho relacionada a este tema dentro dos municípios, começando por Niterói, agradeceu também ao Senhor Deputado Claudio Caiado, presidente desta comissão, que atendeu ao pedido desta Audiência Pública, também agradeceu a presença de todos, e registrou a presença dos seguintes convidados: Doutor Renato Barandier - Secretário de Urbanismo do Município de Niterói; Doutor José Carlos Freire - Secretário de Habitação e Regularização Fundiária do Município de Niterói; Doutor Antônio Lourosa - Presidente da EMUSA; Doutora Mariana Felipe - Diretora de Regularização Fundiária do ITERJ; Doutor Flavio Vieira - Diretor da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro; Doutor Rafael Robertson - Secretário de Meio Ambiente do Município de Niterói; Doutor Alan Delfino dos Santos - Superintendente da Caixa Econômica Federal; Doutora Renata Scarpa - Promotora de Cidadania (Via Zoom); Doutor Leonardo Cuña - Promotor de Tutela Coletiva do Município de Niterói; além dos demais convidados. Prosseguindo, o Senhor Presidente fez uma breve contextualização sobre o assunto e disse que o objetivo da audiência é apontar através desses diagnósticos, iniciativas para os governos, federal, estadual e municipal, em seguida, franqueou a palavra ao Doutor Renato Barandier, Secretário de Urbanismo do Município de Niterói, que fez uma apresentação sobre o desenvolvimento urbano de Niterói com o Plano Niterói 450, mostrando a melhoria já feita com as novas ciclovias, reestruturação de ruas, com alargamento, mudança de fluxo e reintegração social nas ruas, também sobre o Centro 450, que dará mais integração urbana, com a transformação de grandes áreas que eram inativas e áreas de estacionamento em grandes áreas de lazer e habitação acessíveis e finalizou dizendo que as obras já estão em andamento, a seguir o senhor presidente franqueou a palavra ao Doutor José Carlos Freire, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária do Município de Niterói, que fez uma apresentação sobre o planejamento estratégico a longo prazo para resolver vários problemas, como déficit habitacional, tanto quantitativo, quanto qualitativo, que é um problema sério, não só no Município de Niterói, mas como em todo o Brasil, informou que utilizam o cadastro habitacional local para sinalizar quanto seria a necessidade de produção habitacional também planos de diagnóstico fundiário e outros planos e ações integradas e transversais, planos de compra assistida e também parcerias para resolver este déficit, citou também o maior desafio, que é a desapropriação do edifício na Amaral Peixoto nº 327, que já havia sido interditado, desocupado por ordem judicial e que a prefeitura pretende retrofitar para entrar no plano de revitalização da área, falou sobre os critérios e prioridades nas intervenções, melhoria dos sistemas das comunidades pesqueiras na região de Jurujuba e projeto de loteamento sustentável com o MTST, finalizou agradecendo a oportunidade de participação, a seguir o Senhor Presidente em exercício informou que conseguiram uma reunião no dia anterior com o prefeito Axel, para determinar a criação de um parque municipal na cidade e dentro da área do entorno desse parque na Estrada da Fazendinha, que é uma estrada que vai do Badu, saindo no Sítio do Carvalho, o prefeito determinou um estudo para construção de habitação ao longo dessa faixa, criando ali uma barreira socioambiental, protegendo esse parque municipal, informou também que a Prefeitura de Niterói iria começar a realizar esse trabalho nos próximos dias, dando continuidade, convidou o Doutor Rafael Robertson, Secretário de Meio Ambiente do Município de Niterói para fazer sua apresentação, que iniciou falando que hoje, Niterói possui uma extensão de 129 km quadrados, quase 130, e tem

a maior frota de automóveis proporcionalmente falando no Estado, com mais de 300 mil veículos, é um centro comercial muito forte, com uma atividade imobiliária também muito representativa na cidade, principalmente com as atividades de offshore voltando. Disse que ao mesmo tempo que consegue ter na cidade de Niterói mais da metade de seu território protegido ambientalmente, consegue ter uma cidade num contexto metropolitano, pulsante, vibrante e, ao mesmo tempo, com uma proteção ambiental em mais de 50% de seu território. São atualmente o 4º município em arrecadação de ICMS ecológico, dentro dos 92 municípios; no que versa sobre o saneamento básico, são no Trata Brasil a 4ª cidade do país, 1ª no Estado do Rio de Janeiro. Então, isso acaba desmistificando uma coisa que o setor passa até hoje, que o meio ambiente é um entrave para o desenvolvimento. Para se ter desenvolvimento, a sustentabilidade tem que estar acompanhando e seguir em conjunto. Falou que hoje o Município de Niterói tem 10 unidades de conservação, oito em âmbito municipal e duas em âmbito estadual. A regularização fundiária, entende-se o processo necessário a fazer com que a área que integra a unidade de conservação esteja na posse e domínio de quem é de direito. Fez uma saudação à doutora Renata Scarpa, que é uma grande parceira do setor. Falou das desapropriações dentro dos parques, fazendo a regularização fundiária ambiental e a realocação desses moradores dentro dos programas que a cidade tem junto a habitação e ao domínio privado, que estão em fase de implementação da primeira RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) da cidade de Niterói, na região do Muriqui. Citou as unidades de conservação de proteção integral, onde a habitação não é compatível com o seu regime. O setor tem trabalhado muito em Niterói para, de alguma forma, quando se fala de habitação, está se falando de direito fundamental, coisa mais importante do ser humano, que é a sua propriedade, a sua segurança de chegar em casa e ter um local seu, a sua casa. Citou o Parque Natural Municipal Floresta do Baldeador, que também foi, no final de 2021, a primeira unidade de conservação da zona norte de Niterói, contemplando 70 hectares de proteção ambiental. É um grande feito que tem conseguido lá, tendo também uma outra modalidade, que são as unidades de conservação de uso sustentável em Niterói. Essas são as que integram a nossa cidade. O mapa, mais uma vez, fazendo todo o seu zoneamento, a APA das lagoas e florestas, é a maior; e o uso sustentado, ela é compatível com habitação, ela é compatível com seu uso. Citou a Lei Nacional das unidades de conservação, que destacou o artigo 15, que fala sobre área de proteção ambiental, terras públicas, privadas, pode ser estabelecido normas e restrições para utilização de uma propriedade privada. Citou as FMPs, disse que o prefeito é um grande ambientalista, e seguindo sua orientação, a gente buscou compatibilizar algumas soluções para esses cenários, para poder dar a devida regularização para estes moradores. Então, instituíram um decreto, onde tem alguns pré-requisitos que, independente, hoje mesmo estando a sua casa, a sua residência, dentro de uma FMP, dentro de uma APP, elas são passíveis de serem regularizadas e consegue dar essa segurança jurídica para estes moradores. Mostrou um pouco, na prática, como isso reflete na vida da sociedade, das pessoas, da cidade. Esse é um grande projeto, é a renaturalização da baía do Rio Jacaré, na Região Oceânica da cidade. Era uma área antiga, era aquela área de sítios na Região Oceânica. E tem o Rio Jacaré, que é o maior contribuinte da Lagoa de Piratininga. E estão promovendo um grande projeto lá de renaturalização, mas não apenas no rio, porque ali há comunidades, há pessoas em vulnerabilidade social que moram ali com dificuldade, e é obviamente que nenhum governo, ninguém, nenhum ser humano, pretende não acomodar a sua população, as famílias, e começamos a buscar alguns caminhos. O Decreto que mencionou anteriormente serve para fazer a regularização fundiária dessas pessoas, e mais do que isso, a urbanização, dando dignidade para essas pessoas. E disse que briga todo dia pelo saneamento básico para essas pessoas e acredita na sua equipe, que é a integração entre as pastas, porque não adianta o Renato vir com projetos incríveis, como tem feito, o José fazendo a política, o Antônio, dando dignidade com saneamento básico. São obras que ficam debaixo do solo, que quase ninguém vê, mas que realmente impactam na vida das pessoas. Falou sobre o saneamento, pontuando o que já foi feito e o que ainda será feito para melhorar e que tem que ter um planejamento, tem que ter um controle, um ordenamento. Que não pode permitir que se construa de qualquer forma, se construa de qualquer jeito, em qualquer lugar. Então, você trazer esse morador que já se encontra ali por longo tempo, regularizá-lo, e mostrar através de uma educação ambiental, de uma conscientização, de que é imprescindível a compatibilização da moradia, o ambiente protegido, a sua preservação, a sua sustentabilidade. Então, isso, na verdade, quando se consegue incluir isso dentro dessas pessoas, trazem novos agentes para o setor ambiental, traz uma população mais educada, uma população com essa sensação de pertencimento onde pretende preservar, defender ali, sem ter que o poder público tomar conta de tudo, o setor não tem braço e não tem olho em tudo quanto é lugar, precisa da ajuda da população para ser um grande aliado no poder público. Ao final fez seus agradecimentos. Dando prosseguimento, o senhor presidente em exercício falou do objetivo da audiência, que era reunir esforços para o interesse do desenvolvimento social e a seguir convidou o Doutor Antônio Lourosa, Presidente da EMUSA para fazer sua apresentação, fazendo uma explanação rápida, das obras de comunidade, das executadas, em execução, e os programas que têm para esse ano, projetos de mais quatro comunidades. Deu uma ideia geral do misto de recursos federal e recurso municipal. Às vezes combinado e às vezes aplicado separadamente. Falou da retirada das pessoas de sua área. Normalmente a pessoa tem um vínculo muito grande com a comunidade. Os moradores eles têm orgulho de terem sido nascidos e criados, às vezes 40, 50 anos, nesses locais. Entende que pode ser área insalubre, que tem área de risco, acesso ruim, moradia ruim. Então, tem todo um cuidado em intervenções de melhoria das residências, intervenção de melhorias de acesso, melhoria em equipamento público, construção de equipamento público, contenção, saneamento básico, meio ambiente, a criação de parque nas proximidades. A partir do momento que se melhora o acesso, melhora o saneamento, dá condição de moradia, a própria condição do país, que faz com que a pessoa faça uma melhorias, coleta de lixo, coleta de esgoto, isso tudo faz com que a pessoa cada vez mais sinta orgulho do local onde ele mora. Falou das obras com recursos do governo federal e da prefeitura. Falou sobre pessoas que tiveram as casas melhoradas, construção de banheiro, melhoria de cozinha, cobertura das casas e indiretamente quando se fala em saneamento, drenagem, segurança, a segurança se fala da construção das contenções, acessos, viabilizar com que as pessoas cheguem com mais facilidade nas suas casas. A pedido do Senhor Deputado, ele passou números de cada comunidade dessas para registrar. Dando prosseguimento, falou dos PACs, informou que o Parque da Vila Piranga tem 1.394 famílias impactadas indiretamente. Mostrando que tem uma quantidade grande de pessoas sendo assistidas e uma grande área de intervenção, também falou de outras áreas que se fizeram melhorias e da concessão de 1.500 títulos de regularização fundiária. Citou as melhorias que foram feitas. Pessoas que não tinham cozinha, não tinham banheiro. Falou que a ideia é que até o fim do ano já esteja iniciando as obras que ainda não foram contempladas. A ideia é que toda intervenção de infraestrutura e saneamento básico, seja sempre apoiado pela concessionária Águas de Niterói. No Largo da Batalha, existe um plano hoje de transformar uma área solta usada como estacionamento em área de lazer na entrada da Comunidade. Barreira, mesma situação, citou também, Campinho, Maceió e outras. Fizeram um apanhado desses projetos executados, em execução e a executar. Trezentas e trinta e duas famílias diretamente impactadas, ou seja, que tiveram ou que vão ter intervenções nas residências com melhoria de cobertura, sanitário e cozinha. Indiretamente, contenção, acesso, construção de creche, equipamento público, praça, campo, indiretamente 5.439 famílias. E a estimativa, 231 milhões. Só lembrando que a gente ainda tem "n" intervenções, construção de escola, creche, melhoria de posto de saúde, contenção. Disse que onde você andar em Niterói, você vai encontrar uma obra da prefeitura. Indiretamente o urbanismo, a habitação, o meio ambiente, vai estar todo mundo inserido naquilo ali. Ao final, agradeceu a participação. Dando prosseguimento, o Senhor Deputado Vítor Júnior informou que iria passar a palavra agora para os

membros da Mesa. Primeiro ao presidente do Iterj, em seguida Cehab, Caixa Econômica Federal, depois a promotora. Agradeceu aos secretários que fizeram a apresentação. Disse que o objetivo era mostrar o que cada secretaria vinha atuando nas suas áreas, mas com viés voltado para melhoria habitacional, para condição habitacional das famílias em nossa cidade. Contou um pouco de sua história e a convivência local e por isso sua relação muito intensa com o Iterj porque passou um momento da cidade em que a especulação imobiliária pressionava muito as áreas mais carentes da cidade, de alguma forma retirando essas famílias e ocupando esses espaços. Lá para a rua fazer um enfrentamento e defender esses trabalhadores, essas famílias, essas pessoas, para que elas se mantivessem dentro desses locais. E que sempre nutriu no seu sentimento, no seu espírito político, projetos que pudessem fazer com que essas famílias ficassem em seu local de origem. Porque as vezes acham que programa habitacional é você construir um prédio em uma extremidade da cidade, tirar aquela família do seu local de origem, despejar ela lá e esquecer essa pessoa. Na realidade programa habitacional é garantir instrumentos, legislação, ação para que se possa melhorar o ambiente urbano onde essas famílias estão vivendo, trazendo esse processo de inclusão social. Fez um resumo das apresentações ali feitas, destacando os lugares de atuação. Seguindo, antes de passar a palavra para a Doutora Mariana Felipe, informou que recebeu uma boa notícia, de que o ITERJ recebeu o pedido de 25 de maio do Prefeito de Niterói para assinar convênio, para assinatura de acordo em relação a título de regularização fundiária. Deixar ali com o secretário de habitação, pelo que ele entendeu, teriam 10.779 pessoas cadastradas com a perspectiva de ter uma habitação em Niterói. Dentro dessas 10.779, tem um número que se encontra em vulnerabilidade plena, que precisa de alguma forma atender imediatamente. Tem uma proposta de cinco mil títulos de regularização fundiária até o final do ano ou final do ano que vem. Então, são 56 mil de domicílios em Niterói vivendo em núcleos de informalidade, em que no Plano Municipal Urbanístico do Município se identificou as áreas de especial interesse social. Que precisa compilar de fato esse número para tentar entender quantos títulos de posse de terra a população de Niterói precisa para cumprir aí esse direito de cidadania. São 184 mil pessoas nessa situação desses núcleos informais, então, é uma fatia significativa da cidade envolvida nessa discussão; também precisa enfrentar esse desafio. Pedeu o apoio ao ITERJ, ao SEAP e a Caixa Econômica Federal neste sentido. Dando continuidade, passou a palavra a Doutora Mariana Felipe, Diretora de Regularização Fundiária do ITERJ, que agradeceu o convite e falou que naquela semana estiveram em uma reunião extraordinária com o Deputado Claudio Caiado e com o Deputado Jorge Felipe Neto, falando sobre terras, falando sobre a política de regularização fundiária no Estado do Rio de Janeiro, então era uma honra retornar a essa Casa. Fez suas considerações e iniciou dizendo que o ITERJ hoje vem atuando nos 92 municípios, obviamente, com a nova legislação de regularização fundiária, ficando no estado com uma competência um pouco residual, complementar. Que precisa dessas parcerias com os municípios para conseguir atuar de forma eficaz, porque também não adianta colocar a sua equipe técnica, colocar todo mundo à disposição e a prefeitura não dar prosseguimento com os processos de regularização fundiária. Quando recebeu o convite para essa audiência, fizeram um levantamento rápido no ITERJ. Disse que existem processos abertos, são mais de 30 processos de 30 áreas que se enquadrariam na Reurb Social. Pelo que ela viu na apresentação da habitação, não são áreas que conflitam com áreas que os outros órgãos já estão trabalhando, são outras áreas. Tem processos muito antigos, processos de 85, 86, 2002 e 2003. Falou que quando assumiram lá no ITERJ em 2021, o pedido foi que dessem andamento no que já estava aberto e parado há muito tempo. Não que fosse uma ordem de prioridade, mas tentar priorizar processos que já estejam abertos há mais tempo, em que a população esteja aguardando mais tempo a atuação do Estado. Apesar de fazer pequenas intervenções, eles não eram responsáveis por fazer esse projeto de infraestrutura macro. Marcar visitas nessas áreas específicas, precisam que seus técnicos acompanhem e vão nas áreas para certificar, fazer o seu relatório de vistoria técnica, aí começar todo trabalho da própria regularização fundiária, que é identificar a questão da propriedade, cadastro socioeconômico, levantamento topográfico e todo o passo a passo que o ITERJ já vem realizando nos outros municípios e já vem trabalhando bastante, a título de informação que foi passada na última reunião da Comissão de Habitação aqui dessa Casa, já haviam levado alguns números de processos para verificação. O ITERJ vem atuando, nos últimos 12 meses e levantaram aproximadamente 79 mil lotes, então, são mais ou menos 79 mil famílias que boa parte já recebeu e outra está em fase de confecção final de planta, enfim, fechamento e entrega. E teriam um planejamento de entrega, de levantamento para os próximos 12 meses de mais 40 mil. Então, teriam para os próximos três anos planejado pelo Governo do Estado mais ou menos 132 mil famílias atendidas no programa de regularização fundiária do Estado, que era um número bem alto, inclusive se pegassem o histórico do próprio Instituto de trabalho de regularização fundiária. Hoje, a sua atuação é em parcerias com os municípios. Nos municípios em que encontram, como em Niterói, uma organização, uma secretaria voltada para regularização fundiária, o trabalho flui muito bem. Mas eles têm municípios que não tem essa organização, essa capacidade de tratar a regularização fundiária como assunto tão importante que é. Então, para eles era um prazer estar ali, disse ter certeza de que em breve, iriam publicar esse termo de cooperação técnica, colocar à disposição, inclusive, disponibilizar os outros processos que têm abertos no ITERJ, não sabia se a prefeitura tinha ciência desses outros, informou que estavam com sua equipe à disposição, finalizou agradecendo. Retornando a palavra, o Senhor Deputado Vítor Júnior fez um pedido ao Secretário de Habitação do Município de Niterói, para que pudesse assinar um convênio com o ITERJ, SEHAB e Caixa Econômica Federal, no sentido de promover uma ação de regularização fundiária nessas áreas, pontuando acontecimentos e tragédias no Município. Continuando o Senhor Presidente passou a palavra ao Doutor Flavio Vieira, Diretor da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, que cumprimentou a todos em nome do presidente da CEHAB, doutor Reginaldo Jardim e agradeceu pela iniciativa e pela possibilidade de estarem ali discutindo, conversando sobre habitação no Estado do Rio de Janeiro, especificamente na Prefeitura de Niterói, estarem conversando sobre a reurbanização, a reutilização de espaços urbanos, a reorganização desses espaços; e um assunto que os toca profundamente como gestor público. Falou que a CEHAB tem um corpo técnico extremamente qualificado. Quando chegou na CEHAB, ficou positivamente surpreendido com a qualidade do corpo técnico que encontrou lá, eles eram muito competentes e querem trabalhar, querem fazer pelo Estado do Rio de Janeiro, assim como o Secretário Rafael disse em sua fala. Em relação a Niterói, esteve com a Rosane, conversou com Secretário José Carlos e toda a sua equipe, com a Heloisa também, para propor uma parceria para que resolvessem a regularização fundiária de alguns conjuntos habitacionais, Benjamim Constant I e II e Saldanha da Gama, que são uma preocupação da CEHAB; e perceberam que poderiam com uma simples contribuição da prefeitura, resolver aqueles títulos de propriedades daqueles moradores dali, e saíram de lá com uma demanda muito maior. Falou também dos esforços feitos em várias comunidades, para conseguir o máximo possível de famílias beneficiadas, e se conseguirem tudo, que será entorno de 4.000 famílias beneficiadas, 4.000 famílias que terão sua garantia de ter um título de propriedade, 4.000 famílias que terão a garantia de que elas morarão no lugar onde elas vivem e sempre viveram. Que a CEHAB está disposta a ajudar no que pode e deve para melhorar, não só o Estado, como também Niterói. Finalizou agradecendo a todos. Dando continuidade, o Senhor presidente agradeceu e passou a palavra ao Doutor Alan Delfino dos Santos, Superintendente da Caixa Econômica Federal, que cumprimentou a todos e que se falando da Caixa Econômica, fazia todo o sentido, em especial a habitação de interesse social, que era seu principal papel enquanto agente público. Disse estar ali a frente, falando e representando a Caixa, trazia muita alegria para si, porque a habitação de interesse social é algo que faz diferença para a vida das pessoas e se apropriando de uma fala do Secretário Rafael, tinham que fazer a diferença na vida das pessoas, e é isso que faziam eles se mobiliza-